

OS DONOS DO PODER

A MÍDIA, EM PARTICULAR A REDE GLOBO, TORNOU-SE A PRINCIPAL FORÇA DA REPÚBLICA

POR JOÃO FERES JÚNIOR*

Não podemos dizer que a divulgação das gravações das conversas de Joesley Batista com Michel Temer e Aécio Neves trouxe revelações surpreendentes. Aécio havia sido nomeado em delações seis vezes, somente em 2016. Temer também teve seu nome citado mais de uma vez, inclusive no episódio do cheque nominal de 1 milhão de reais que lhe foi dado pela Andrade Gutierrez, segundo o empreiteiro Otávio Azevedo. Claro, desta vez a prova material teve um impacto político devastador, mas sua intensidade deveu-se a outro fator que passou razoavelmente despercebido do público em geral: o racha entre os principais meios de comunicação.

Em uma guinada de 180 graus, e se afastando do grande bloco de apoio midiático ao governo Temer, formado por *Folha de S.Paulo*, *Estadão*, *Veja*, *IstoÉ*, *Band* e *Record*, entre outros, o Grupo Globo de repente decidiu que Michel Temer precisa sair. O jornal *O Globo* foi responsável por divulgar o conteúdo das gravações. Logo em seguida, todos

os veículos do grupo começaram um ataque massivo a Temer, ataque esse que se assemelha em muito à cobertura que dedicam a Lula e ao PT há mais de década.

Esse *feeding frenzy* teve direito a editorial do jornal com pedido de renúncia já, edição do *Jornal Nacional* de mais de duas horas, e cobertura negativa até no *Jornal Hoje* e no *Bom Dia Brasil*. Isso sem

falar nos comentaristas da *GloboNews* que, qual fantoches mal animados, mudaram do dia para a noite sua posição em relação ao mandatário da nação.

A defecção global acabou por descambar para o conflito entre os meios. *A Folha* saiu em defesa de Temer e tentou desqualificar as gravações, somente para ter seus peritos contratados ridicularizados pelo



Os Marinho, fora do barco

AO SE ASSOCIAR ÀS ESTRUTURAS SEM VOTO, JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO, OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO ESCALARAM O DISCURSO DA ANTIPOLÍTICA



jornal carioca, que continua firme em seu intuito, ou ao menos continuava até o momento em que escrevia este artigo, pois, como essas posições advêm imperativamente do topo da cadeia de comando, basta que os donos do jornal mudem de ideia para os comandados obedecerem obsequiosamente.

Como explicar esse racha?

Para tentar lançar luz sobre essa questão é preciso reconstruir o caminho que nos leva à tétrica situação atual. Os escândalos políticos têm tido presença frequente na cobertura jornalística desde a redemocratização do País. A explicação ordinária para esse fenômeno é que o escândalo “vende mais jornal”, ou seja, torna o noticiário mais atrativo ao público. Mas essa é uma razão muito imperfeita que não dá conta de explicar por que, por exemplo, escândalos a envolver políticos do PSDB têm sido sistematicamente varridos para baixo do tapete pela mídia brasileira, enquanto aqueles atribuídos ao PT proliferam, mesmo que alguns careçam de evidências palpáveis mais básicas, como o caso da bolinha de papel na careca de José Serra.

Menos que vender mais, a mídia explora escândalos de maneira discricionária para obter cacife político. Seus clientes políticos, alvo da benevolência da cobertura, sabem que aquela benevolência tem um preço e são mantidos como protegidos-reféns do tratamento midiático.

A aliança da mídia com as forças mais retrógradas do espectro político é histórica. Combatiam as medidas progressistas de Getúlio Vargas, fizeram oposição a Jango, apoiaram o golpe de 1964 e o regime que se instaurou, embarcaram nas Diretas Já de maneira recalcitrante e, desde então, têm se esmerado em combater o campo progressista da política nacional, com destaque para o PT e seu maior expoente político, a quem devotam um ódio ancestral. Ao longo de todo esse período a mídia sempre foi aliada da política, até mesmo quando essa era monopolizada por



O GLOBO

Opinião

A renúncia do presidente

Um presidente da República aceita receber a visita de um megalopresidente alvo de cinco operações da Polícia Federal que apuram o pagamento de milhões em propinas a empresas públicas. Inclui-se a aliada do próprio presidente. O encontro não é às 14h, no Palácio do Planalto, com agenda pública. Ele se dá quase às onze horas da noite, na residência do presidente, de forma clandestina. Ao sair, o empresário combina novos encontros do tipo, e se vangloria do esquema que deu certo: “Fui chegando, eles abriram. Nem perguntaram o meu nome”. A simples decisão de recebê-lo já guardaria boa dose de escândalo. Mas houve mais, muito mais. Em diálogo que re-

ele. Como o presidente reagiu? Com um incentivo: “Tem que manter isso, viu?” Não é preciso grande esforço para entender o significado dessa sequência de diálogos. Afinal, que presidente, sem o pagamento de propinas ainda não entregues, pode ter o empresário com um ex-deputado preso por corrupção? Que objetivo terá sido o empresário quando afirmou que, zerando as pendências, conseguiu ficar de bem com ele, se não tranquilizar o presidente quanto ao fato de que, com aquelas providências, conseguiu mantê-lo quieto? É, por fim, que significado o pode ter o incentivo do presidente (“tem que manter isso, viu?”), sendo uma advertência para que o empresário continue com as pendências zera-

econômica; o secretário da Receita Federal, o presidente do BNDES, o presidente do Cade e o presidente da CVM. Pode, então, que seja autorizado a usar o nome do presidente quando for novamente ao antebraço da Fazenda com tais plieitos. O que faz o presidente? Manda embora, indignado? Não, de forma alguma. O presidente autoriza: “Pode fazer”.

Este jornal apoiou desde o primeiro instante o projeto reformista do presidente Michel Temer. Acredito sinceramente que, mais do que dele, o projeto é dos brasileiros, porque simente ele fará o Brasil encontrar o caminho do crescimento, fundamental para o bem-estar de todos os brasileiros. As reformas são essenciais para conduzir o país para a estabilidade política, para a paz social e para

fim deste governo provocará, mais uma vez, o atraso da tão esperada estabilidade, do tão almejado crescimento econômico, da tão sonhada paz social. Mas é justamente o contrário. A realidade não é aquilo que sonhamos, mas aquilo que vivemos. Fingir que o escândalo não passa de uma inocente conversa entre amigos, ludibriar-se achando que é melhor tapar o nariz e ver as reformas logo aprovadas, tomar o caminho hipocrita de que nada tão fora da rotina aconteceu não é uma opção. Fazer isso, além de contribuir para a perpetuação de práticas que têm sido a desgraça do nosso país, não apressará o projeto de reforma de que o Brasil necessita desesperadamente. Senão, isso sim, a razão para que ele seja mais uma vez postergado. Só um governo

senhores fardados. Agora a situação é, no entanto, substantivamente diferente.

Após repetidas derrotas sofridas por seus candidatos à Presidência, a mídia conseguiu emplacar o *impeachment* e finalmente tirou o PT do poder. Contudo, para obter essa vitória, moveu uma campanha inclemente não somente contra Dilma Rousseff, Lula e seu partido, mas contra as instituições políticas representativas como um todo.

O sistema político brasileiro é composto de quatro poderes. Dois derivam sua legitimidade do voto popular, o Executivo e o Legislativo, e outros dois só o fazem de maneira muito indireta, constituindo burocracias de Estado com fraquíssimos mecanismos de *accountability*, o Judiciário e o Ministério Público.

A mídia praticava a exploração discricionária de escândalos contra o campo progressista há tempos, ou seja, a associação da política com a corrupção existia, mas, a partir do mensalão, nome que é em si uma peça de marketing

mediático, trocou de paradigma. Até então, o Judiciário era tratado como poder marginal, até mesmo com a exploração de seus escândalos, casos do juiz Nicolau dos Santos, o Lalau, ou da Operação Passárgada. Com o mensalão, a mídia parece ter descoberto que o Poder Judiciário, em vez de ser mais uma burocracia corrupta de Estado, poderia ser usado como arma letal para atingir quem estava no poder. Joaquim Barbosa, o primeiro balão de ensaio, foi transformado em herói nacional, o campeão da moralidade contra a corrupção petista.

A “descoberta” dos poderes sem voto permitiu à mídia escalar o discurso da antipolítica. Com o advento da Operação Lava Jato, o Ministério Público, um poder literalmente fora de controle, é conduzido à condição de parceiro do Judiciário na narrativa da luta heroica contra a corrupção da política que depende do voto. Os clientes da mídia no campo da



Compromisso com o Brasil

Não é infundado o receio de que a imensa crise política que envolve o presidente Michel Temer atrase ou mesmo interrompa o processo de aprovação das urgentes reformas econômicas ora em curso. Até aqui, foi a habilidade do presidente Temer, com sua experiência sobre o funcionamento do Congresso, que conquistou um significativo apoio parlamentar às reformas, ainda que muitas vezes por meio do velho jogo fisiológico. Agora, com o tempo de Temer quase todo tomado pela necessidade de construir sua defesa, há naturalmente menos espaço para cuidar da agenda

(CNI) e o Sindicato da Habitação (Secovi).

Depois de manifestar sua confiança de que as instituições brasileiras são capazes de “solucionar a atual turbulência” com serenidade e “em estreita observância da Constituição Federal”, a CNI afirma que “não pode haver retrocessos nos avanços duramente conquistados nos últimos meses”. Para a entidade, “o Congresso Nacional precisa dar continuidade às reformas estruturais, que são fundamentais para recolocar o País no rumo certo”. A mensagem é finalizada com a advertência de que “o Brasil não pode parar”. Essa advertência é a mesma que serve de título ao anúncio

governo em plataforma política, vendendo a eleitores incautos a ideia de que é possível resolver os problemas do País desidratando ou mesmo arquivando as reformas. Não se fala aqui de uma esquerda já totalmente desacreditada, seja pelos sucessivos escândalos de corrupção, seja pela comprovada incompetência de seus governos, e sim dos que, sendo membros de partidos governistas, deveriam estar empenhados em defender incondicionalmente as reformas.

Qualquer líder político com um mínimo de responsabilidade já teria concluído que a paralisia do governo representará a retomada acelerada da deterioração dos fundamentos da eco-

Sem o apoio da mídia, Moro não teria ido longe

política, PSDB, DEM e setores do PMDB, compraziam-se de ver o linchamento público do PT, sem perceber que as bases do sistema representativo eram erodidas.

Deram o golpe juntos, mas só conseguiram colocar no lugar de Dilma Rousseff um presidente cujos níveis de aprovação popular tendem a grandezas de um dígito.

No contexto pós-golpe, tínhamos um Executivo e um Legislativo com baixíssima legitimidade correndo contra o tempo para aprovar uma agenda neoliberal sob a proteção do oligopólio midiático.

Para além do seu isolamento palaciano em relação à sua única fonte de legitimidade, o eleitor, os dois poderes tinham somente a propaganda diuturna das reformas feita pela própria mídia. Mas a dependência desses poderes é, ainda assim, menor do que aquelas dos poderes sem voto, pois o protagonismo do MP e do Judiciário na Lava Jato e afins depende exclusivamente da promoção midiática. Sem esse apoio, Sérgio Moro e os procuradores do

Paraná seriam figuras desconhecidas, e suas ações abusivas seriam contidas até pelos mecanismos frouxos e imperfeitos de controle da Justiça hoje existentes.

Em resumo, no contexto pós-golpe, a mídia tornou-se o maior “poder” da república, ainda que de direito não tenha qualquer poder efetivo para governar.

Como explicar, então, o racha nas suas fileiras, depois de ter atingido o ápice de seu “empoderamento”? Ora, uma vez corroído o sistema por dentro, qual um alien, a mídia descarta o hospedeiro. Temer, com sua tez cadavérica, encaixa-se perfeitamente nessa alegoria, pois representa a velha política partidária muito mais do que qualquer político do PT. Não toda a mídia faz isso. Ao se livrar de suas parceiras, a Globo é a única a emergir do hospedeiro e deixa suas irmãs para trás presas à carne apodrecida.

O uso do termo oligopólio para descre-

ver a mídia nacional passa a impressão errônea de uma certa igualdade entre os parceiros. Nada mais longe da realidade. De fato, o Grupo Globo é imensamente mais poderoso do que qualquer outra empresa de comunicação brasileira, com propriedade transversal de praticamente todos os meios e suportes físicos de comunicação espalhados pelo território nacional. Esse conglomerado empresarial carioca é o único verdadeiramente nacional, os outros são grupos de mídia paulistas com projeção limitada no território brasileiro.

Assim, os parceiros anões da Globo são muito mais presos ao *establishment* político e empresarial de São Paulo, justamente onde Temer e os tucanos, seus aliados mais renitentes, têm ainda algum poder. Enquanto isso, as mídias globais fritam em óleo quente aquele que até há pouco era o seu maior *darling* político, o tucano mineiro Aécio Neves.

Boa parte dos analistas pensava que a mídia estava com Temer por causa da agenda das reformas neoliberais. Agora que o monstro global emergiu e escancarou sua boca repleta de dentes afiados e saliva pegajosa, vale perguntar qual é seu verdadeiro propósito. •

A GLOBO É O ÚNICO GRUPO DE MÍDIA REALMENTE DE ALCANCE NACIONAL. OS DEMAIS SÃO PAULISTAS, COM PROJEÇÃO LIMITADA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

**Professor de Ciência Política do Iesp-Uerj, o antigo Iuperj. Coordenador do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gema) e do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (Lemep), que abriga o site Manchetômetro e o boletim semanal Congresso em Notas*

LULA MARQUES/AG. PT